ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PARO, Vitor H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2000. PICHON. E. O processo grupal. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
ROBBINS, S. P. Gestão: mudanças e perspectivas. Tradução. Cid Kinipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2000.

SANTOS, M. J. N. Gestão de recursos humanos: teorias e práticas. Sociologias, 2004.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

VARGAS, J. R.; CARVALHO, R. S. Discursos sobre afetos docentes: uma ortopedia de gênero?. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 11, p. 111-117, 2012.

VEIGA, I. P. Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papirus, 2002.

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

HUMBERTO DE CARVALHO AZEVEDO

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o que pensam e o que fazem professores da Educação Infantil acerca da brincadeira e do brincar, considerando que a brincadeira contribui para a criança como uma forma de desenvolvimento de suas potencialidades e de expressão para agir em grupo ou individualmente. Esta pesquisa foi realizada dentro de uma abordagem qualitativa, tendo como sujeitos da pesquisa duas professoras, de turmas de Infantil II, da rede Municipal de Garanhuns. Buscando informações para responder às nossas indagações, e com a aplicação dos instrumentos de pesquisa, foi possível perceber que as professoras reconhecem a importância do uso da brincadeira em suas atividades pedagógicas, porém, o brincar não é colocado em prática, revelando um cotidiano desmotivador, em que as crianças não têm suas especificidades respeitadas, onde o lúdico não é utilizado e a brincadeira não tem espaço, ou seja, desconsideram as características principais das crianças e da diversidade na qual estão inseridas.
Palavras - chave: Educação Infantil, Brincadeira, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

As brincadeiras, sempre foram vistas como oportunidades de descarga de energia das crianças, e não eram entendidas como componente de desenvolvimento. Com o desenvolvimento das práticas educacionais, a brincadeira encontrou espaço, tornando-se hoje, uma importante ferramenta no processo de desenvolvimento das crianças, pois a mesma leva a criança a um mundo lúdico que possibilita um maior desenvolvimento físico desenvolvendo também a afetividade e a criatividade, ou seja, tem sido reconhecida pela sua grande importância, principalmente no início de vida, quando ela tem grande necessidade de compreender o mundo a sua volta e se conhecer. Para Vygotsky (2000, p. 126), [...] o ato lúdico só começa a aparecer por volta dos três anos de idade. Para uma criança com menos de três anos de idade é essencialmente impossível envolver-se numa situação imaginária, uma vez que isso seria uma forma nova de comportamento que liberaria a criança das restrições impostas pelo ambiente imediato. Quando bebê a criança dedica grande parte de seu tempo à exploração do mundo material, no qual esta inserida de forma que possa compreender e utilizar no decorrer de sua vida. Portanto a criança brinca para conhecer a si própria e aos outros em suas relações para aprender as normas sociais de comportamento, os hábitos determinados pela cultura, para conhecer os objetos, para desenvolver a linguagem, para trabalhar o imaginário. Diante dessas situações de brincadeiras, as crianças passam a compreender pouco a pouco o que acontece ao seu redor, e adquirem habilidades necessárias para sua vida. Quando chega aos três anos de idade, na Educação Infantil, a criança tem o primeiro contato com o meio educacional, lugar este onde ela vai desenvolver suas habilidades psicomotoras, cognitivas, emocionais e sociais. E nesta fase é essencial que o lúdico já se faça presente, pois, mesmo com a entrada da criança em um ambiente escolar não se deve desvalorizar a importância do brincar no seu dia a dia. Criança é movimento. Desde que nasce ela está em ação. Pires (2010, p. 20) afirma que: O brinquedo é o veículo do crescimento. É um meio natural que possibilita a exploração do mundo, e a criança que explora e descobre o mundo de forma prazerosa torna-se preparado para receber as surpresas que este próprio mundo lhe reserva. O brincar é realizado por puro prazer e diversão e cria uma atitude alegre em relação à vida e à aprendizagem (MOYLES, 2002, p. 21). Para tanto, o MEC “no âmbito de suas 10 atribuições” apresenta nos Parâmetros de Qualidade para as Instituições de Educação Infantil (PQNEI- BRASIL, 2008) propostas quanto

à infraestrutura das instituições, indicando que essas devem disponibilizar materiais e equipamentos, bem como materiais didáticos pedagógicos para uso ativo e cotidiano das crianças, sendo que estes devem ser adquiridos de forma a não causar problemas de saúde nas crianças. De forma mais específica, os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil apontam como uma das dimensões a ser contemplada nos espaços de Educação Infantil a Multiplicidade de Experiências e Linguagens (Dimensão 2- BRASIL, 2009), sugerindo ações pedagógicas planejadas de incentivo às brincadeiras, brinquedos e materiais diversos, bem como, a organização de espaços físicos e de momentos de interação entre as crianças, os ambientes naturais e sociais nos quais elas estão inseridas. Tal documento especifica ainda que essas e outras ações constituem indicativos para avaliação das instituições de atendimento à criança sobre a qualidade desse atendimento. Observa-se, portanto, que estão contempladas nos documentos norteadores acima apontados, o brincar como especificidade do modo de ser da criança. Enquanto documento oficial, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2009) apontam como um princípio a valorização da sensibilidade, a criatividade e a ludicidade. Acreditando que a brincadeira é um elemento importante na vida da criança e para o seu desenvolvimento e que deve fazer parte do seu dia a dia em casa ou na escola. Contudo, ela também pode ser utilizada no cotidiano escolar como um recurso pedagógico, a fim de que as crianças sejam motivadas a aprender. Percebi ao longo das experiências com a atividade docente, que esta não vem sendo bem utilizada nos espaços escolares com vistas à promoção do desenvolvimento das crianças, nem como elemento importante para a promoção de aprendizagens lúdicas e prazerosas. As brincadeiras são ferramentas indispensáveis neste processo de desenvolvimento infantil, porque é uma atividade que toda criança gosta de praticar. Dubreucq (2010) afirma que: É preciso lembrar que a criança é um ser vivo. ... ela é um ser em pleno crescimento cujo desenvolvimento motor exige uma intensa atividade prática. Logo, é mais prazeroso aprender brincando do que por obrigação. 11 Compreendendo que a brincadeira é peça fundamental para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, alguns questionamentos surgem: Como acontecem as brincadeiras nas escolas de Educação Infantil? Como os professores utilizam o brincar nas práticas pedagógicas e, quais são as suas concepções sobre o brincar para a criança? Diante disso, temos como hipótese desse estudo que o professor permite as crianças brincarem com brinquedos sem objetivo ou intervenção, ou que as brincadeiras livres em sala estão presentes como pretexto para “aquietar” as crianças ou as utilizam como oportunidade para a realização de outras tarefas como, por exemplo: planejamento, elaboração de outras atividades para as crianças, preenchimento de cadernetas, etc. Tais aspectos parecem relevantes, tendo em vista que a brincadeira constitui parte das especificidades do pensamento e do desenvolvimento da criança. Para responder às perguntas acima, temos como Objetivo Geral: Analisar o que pensam e o que fazem os professores da Educação Infantil acerca da brincadeira e do brincar. E como Objetivos Específicos: 1. Identificar as concepções dos professores sobre a importância da brincadeira no cotidiano das crianças da Educação Infantil. 2. Comparar as diferenças e semelhanças nas concepções dos professores sobre o uso da brincadeira como recurso pedagógico. 3. Comparar as práticas dos professores com a utilização das brincadeiras nas diferentes escolas observadas. 4. Caracterizar como o professor media as relações do brincar e suas atitudes diante da brincadeira.

DESENVOLVIMENTO

PERSPECTIVA HISTÓRICA DA INFÂNCIA E DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ser criança é ter curiosidade. É investigar, transformar e se transformar através das brincadeiras, invenções e descobertas. É explorar o mundo e tornar a vida divertida, num mundo onde tudo é possível. Ser criança é estar livre de responsabilidades, é não ter vergonha de fazer nada, é aprender a conhecer o mundo sem temor. A cultura na qual a criança nasce cresce e se desenvolve é determinante para sua formação, porque a criança vive socialmente, ela é um ser cultural, vivendo experiências constantemente, e ela aprende principalmente através dos sentidos que são fortemente afetados pelo ambiente de convívio. Ela vive em tempo e cultura diferente, umas das outras, vive uma experiência de infância diferente e de modo bem particular, e através de relatos do passado podemos perceber bem isto, crianças que em determinadas épocas não recebiam o trato que mereciam. Costa (2002) nos diz que a Idade Média trouxe da Idade Antiga tradições não muito boas para com o trato das crianças. No Império Romano, a criança dependia totalmente do desejo do pai, que poderia criá-la ou rejeitá-la, podendo até mesmo ter a morte como destino. Na tradição germânica, não se praticava o infanticídio, mas o destino da criança estava nas mãos de seu pai, podendo ser aceita e criada pela família paterna ou rejeitada, sendo entregue aos parentes maternos. Na Idade Moderna o conceito de criança passou de ingênua, frágil, ser desvalorizado, imóvel, sem serventia, uma tabula rasa. Do Século XVI para o Século XVII foi atribuído à infância o conceito de ser frágil. Porém, no Século XVIII, com as mudanças profundas na sociedade, a criança começa a ser observada, investigada por seu grande valor, por ser pura e capaz de se expressar espontaneamente. A esse respeito Vasconcelos (2007) traz ainda a ideia de que a criança se cristaliza definitivamente, assumindo um caráter distintivo e constituindo-se como referencia de um grupo humano que não se caracteriza pela imper-

feição, incompletude ou miniaturização do adulto, mas por uma fase própria do desenvolvimento humano. Por este motivo, este século ficou marcado como o período da descoberta da infância. 13 No início do século XIX fatos políticos, e econômicos tais como: o movimento da Revolução Industrial, o crescimento do operariado, o começo da organização dos trabalhadores do campo para reivindicar melhores condições de trabalho, a incorporação crescente de mulheres da classe média no mercado de trabalho, quando as famílias tinham que trabalhar e se ausentavam de suas casas etc.; começou a preocupação com os seus filhos e como iriam deixá-los e com quem. Houve então, uma pressão meio que indireta, se expandido posteriormente com auxílio dos sindicatos e outras entidades. Daí, novas exigências surgiram com o tratamento das crianças. Passou-se a pensar na escolaridade como importante para o desenvolvimento social, então, a criança passou a ser vista de outra maneira pela sociedade. De início a proposta centrava-se em cuidar do bem-estar físico da criança, tempos depois a visão foi se alterando e a partir daí começa-se a preocupar-se também com o cognitivo, o que a partir da formação do estado começa a pensar sobre essa tal problemática apoiado por vários teóricos, essa proposta afirmou-se cada vez. A influencia dos pensamentos de educadores e filósofos contribuíram para a implementação de uma pedagogia para crianças. Vários teóricos desenvolveram ideias sobre educação para a infância, como: João Amos Comênio, considerado o maior educador e pedagogista do Século XVII, organizou a sua didática em quatro períodos considerando os anos de desenvolvimento: a infância, puerícia, adolescência e juventude, sendo que cada um desses períodos durava seis anos. No seu plano da escola materna, compreendia que a fase da infância como a melhor fase para proporcionar aprendizagens de toda ordem, sem esquecer-se de atribuir aos pais a responsabilidade pela educação da criança antes dos sete anos de idade. Comênio (apud ALMEIDA, p.3) diz que: Todos os ramos principais que uma árvore virá a ter, ela fá-los despontar do seu tronco, logo nos primeiros anos, de tal maneira que, depois apenas é necessário que elas cresçam e se desenvolvam. Do mesmo modo, todas as coisas, que queremos instruir um homem para utilidade de toda a vida, deverão ser-lhes plantadas logo nesta primeira escola. No Século XVIII, Jean Jacques Rousseau foi considerado uma das personalidades mais destacadas da história da pedagogia, apesar de não ter sido propriamente um educador, demonstrou a necessidade de não mais considerar a criança como um homem pequeno, mas que ela vive em um mundo próprio. Enfatizou que na infância a criança apresenta 14 características peculiares, que precisam ser respeitadas. Rousseau (apud LUZURIAGA, 1983) afirmou que: Procuram sempre o homem no menino, sem cuidar no que ele é antes de ser homem. Cumpre, pois, estudar o menino... Não se conhece a infância; com as falsas ideias que se tem dela, quanto mais longe vão mais se extraviam... A infância tem maneiras de ver, de pensar, de sentir, que lhes são próprias. Rousseau foi aquele que mais demonstrou preocupação com a infância e defendia que a criança deveria viver ativamente cada fase de seu desenvolvimento. No Século XIX Friedrich Froebel foi quem, organizou ideias educacionais que tiveram uma aplicação prática na primeira infância, considerando que essa tal preocupação se estendera a todos os níveis educacionais. Tomou destaque para a pedagogia da infância ao compreender o aspecto educativo do brinquedo ou das atividades lúdicas, enfatizando seu papel ativo no processo de desenvolvimento das crianças. Também destacou a auto atividade como o melhor caminho para determinação de um processo educacional. Do final do Século XIX e inicio do Século XX, ficou marcada a ruptura do domínio da Igreja sobre a educação e, portanto, um grande movimento de renovação pedagógica surgiu influenciado por diferentes ciências como, por exemplo, a psicologia e a pedagogia, ressaltando conhecimentos importantes sobre o desenvolvimento infantil e sobre suas especificidades de pensar e agir sobre a realidade. O psicólogo francês Henri Wallon atribuiu diversas significações ao ato motor. Para ele o movimento tem um papel fundamental na afetividade e também na cognição. Antes de agir diretamente sobre o meio físico, o movimento atua sobre o meio humano. É importante destacar na contribuição de Wallon, (apud GALVÃO, 2003, p.151), a presença de jogos e brincadeiras na Educação Infantil que envolve, naturalmente, o movimento, que vai predominar como componente necessário para o desenvolvimento da criança, pois, através dele, a criança se coloca no meio, inteirando-se com os objetos, com as pessoas, explorando seu próprio corpo e espaço físico. Outro teórico que também contribuiu para ressaltar a importância do movimento ou da brincadeira foi Jonh Dewey. Ele também afirmava que, “o jogo, que é uma atividade lúdica é um fator decisivo para assegurar o desenvolvimento natural da criança”. Tal recurso foi utilizado desde a antiguidade através de educadores utilizando doces e guloseimas em forma de letras e números, para o ensino das crianças. 15 Nesse contexto de pensadores que tratam as crianças como seres com especificidades, destacamos Ovide Decroly, que inicialmente, desenvolveu suas atividades educativas junto a crianças normais. Sua preocupação era é de substituir o ensino formalista, tradicional, por uma educação voltada para os interesses e necessidades das crianças. Concluiu que o que mais interessa ser conhecido pela criança é, em primeiro lugar, ela mesma, para depois conhecer o meio em que vive. Jean Piaget, criador da epistemologia genética, desenvolveu longos estudos e pesquisas nos mais diversos campos do saber. Poderíamos destacar, nas obras de Piaget, vários aspectos relevantes para a educação infantil, dentre eles a construção do real, a construção das noções de tempo e espaço, a gênese das operações lógicas. Esses conhecimentos são de extrema relevância para as práticas educativas desenvolvidas

com e para as crianças, pois servem de norte para a compreensão das características do pensamento infantil. Ampliando esses conhecimentos, Semenovich Vygotsky dedicou-se ao estudo do desenvolvimento humano, buscando sempre compreender o homem em processos de interação social. Suas preocupações foram direcionadas para o entendimento das origens sociais e das bases culturais do desenvolvimento individual. Destacamos também, a contribuição deixada a respeito da "zona de desenvolvimento proximal" (ZDP). Para Vygotsky desenvolvimento e aprendizagem são processos interativos, no entanto, cabe ao processo de aprendizagem, realizado em um contexto social específico, possibilitar o processo de desenvolvimento, o aprendizado pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam. Assim, a aprendizagem escolar deve atuar estabelecendo ZDP's, ou seja, estimulando as crianças a gradativamente desenvolvendo a autonomia de modo a fazer sozinha aquilo que antes só era capaz de fazer com um adulto. É possível perceber o quanto a criança desperta o interesse de muitos estudiosos. Mais especificamente o século XX desperta para questões educativas da criança, e sobre as questões de seus direitos e da família enfatizando, sobretudo, o brincar. É sobre esse tema que discutiremos a seguir. 16 1.2 O

BRINCAR NOS DOCUMENTOS REGULAMENTADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Até a Constituição de 1988, o atendimento das crianças de zero aos seis anos era visto como assistencialista, posteriormente, assume-se o caráter educacional as instituições infantis garantidos legalmente direitos a educação, que são iguais para todas as crianças. Com a LDB/96 (lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96), a Educação Infantil foi definida como primeira etapa da educação básica. Assim, instituições que se propõem a trabalhar com este nível de escolaridade, têm o papel social de cuidar das crianças de zero até seis anos e de educá-los de modo intencional, ou seja, cuidar preservando a vida, dando atenção, acolhimento, protegendo, envolvendo-os numa relação afetiva, oferecendo um bem-estar, segurança, saúde e higiene, e educar, orientando, ensinando, favorecendo seu crescimento pessoal, possibilitando apropriação de conhecimentos. Na década de 90, a criança passa a ser vista como um cidadão de direitos, tendo garantidos mesmo antes de nascer. Essa conquista foi dada a partir da lei nº 8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e, posteriormente com a LDBEN no qual eleva a Educação Infantil ao status de educação básica apontando como finalidade da Educação Infantil proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu processo de transformação da natureza pela convivência social (Lei nº 9.394, seção II, Art. 29). A afirmação de tal estrutura da educacional significou um avanço na ideia de respeito à criança e as suas especificidades, da compreensão da criança como um ser diferente do adulto, como um ser capaz de, interferir no meio em que vive, produzindo cultura, mas sendo também por ela condicionada. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, Parecer CEB/CNE nº 05/2009) buscam estabelecer princípios que devem ser levados em conta no trabalho com crianças, ou seja, as DCNEI visam nortear o trabalho pedagógico nas instituições infantis, tomando como princípios educativos: I- Princípios éticos: valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. 17 II- Princípios Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da críticidade e do respeito à ordem democrática. III- Princípios estéticos: valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais... (DCNEI, 2009) Neste sentido, a ludicidade apresenta-se como um dos princípios da Educação Infantil e, acreditamos que este princípio perpassa todo o cotidiano e práticas pedagógicas com as crianças de zero a cinco anos. As DCNEI, (Parecer CEB/CNE nº 05/2009), afirmam ainda que as instituições que oferecem Educação Infantil devem garantir esses princípios cumprindo plenamente suas funções: [...] assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com a família; possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; construindo novas formas de sociabilidade e subjetividade comprometidas com a ludicidade [...] Para efetivação de seus objetivos, as instituições de Educação Infantil deverão também oferecer condições quanto ao espaço físico para a criança. As crianças precisam se movimentar, se deslocar em espaços amplos internos e externos, ter uma boa acessibilidade a materiais, objetos, brinquedos e uma melhor atenção, no caso das crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, superdotação. O mesmo documento coloca ainda que a educação infantil deve ter como eixos norteadores as interações, garantindo experiências que: • Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; • Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas; • Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, autoorganização, saúde e bem-estar; •

Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza. 18 Reforçando ainda o caráter das experiências, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006) apontam que, a criança, vivendo em nosso país, tem direito à dignidade e ao respeito e reforçam os princípios destacados nas diretrizes, reforçando a ludicidade como um princípio: III. Os princípios estéticos no que se refere à formação da criança para o exercício progressivo da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. Além dessas possibilidades, destaca-se a presença que os jogos e brincadeiras nas praticas das instituições representam uma fonte de conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmo e, que contribuem no desenvolvimento de recursos cognitivos e afetivos, na tomada de decisões, solução de problemas e o desenvolvimento do potencial criativo, além de ser tomada como um parâmetro para avaliação da qualidade do atendimento nas instituições de educação infantil. Diante disso, a importância da educação infantil e da escola como prática social devendo assegurar espaços de brincadeiras em seu cotidiano, para fazer valer o direito da criança de brincar. É sobre esse tópico que aprofundaremos a seguir.

A CRIANÇA E O BRINCAR

A criança é um ser social, onde compartilha de uma determinada cultura. São consideradas atualmente, cidadãos de direitos e, simultaneamente, seres que tem especificidades no seu desenvolvimento, pois, nesta fase vivenciam momentos significativos do seu processo de crescimento e estão constantemente influenciadas em seu convívio entre os adultos e, se desenvolvem em meio a este convívio. A teoria piagetiana contribuiu efetivamente para entendermos como funcionam os períodos em que cada criança está e como consequência, como se dá o seu desenvolvimento. Portanto, a criança de 4 e 5 anos necessita de uma relação direta e concreta com o objeto de conhecimento para que elas possam conhecer e aprender seus significados e sentidos. As crianças necessitam agir sobre os objetos e, na interação com os mesmos, vão construindo seu pensamento e sua inteligência. Em relação à importância da brincadeira na Educação Infantil Vygotsky (1991) afirma que a criança ao brincar cria uma situação imaginária onde existem, regras de comportamento que são representadas na brincadeira. Para ele o conhecimento é construído a partir de 19 interações com os outros e com o meio social e cultural. Para este autor, a criança é um sujeito que tem ideias, desejos, opiniões, capacidades de decidir, de criar, de inventar, que se manifestam desde cedo através de seus movimentos, das suas expressões, no seu olhar, da sua fala, etc. Esses desejos, vontades, opiniões, essas capacidades de decidir, maneiras de pensar de se expressar e como ela compreende o mundo, são construídas através do meio social em que ela vive. Deste modo, a criança é vista como um ser que age e interage no ambiente no qual está inserida. Ao se relacionar com os pais, parentes, amigos e com os professores quando já está na idade escolar, à criança encontrando a uma infinidade de significados, pelos quais, ela vai se apropriando através do seu desejo e necessidade de conhecer o mundo, e a brincadeira é o meio pelo qual ela apreende o mundo. Assim, é possível entender que o brincar como característica do ser criança torna-se elemento importante que deve ser considerado seja no ambiente familiar, escolar ou em outros lugares, nos quais a criança é o foco de atenção. Wajskop (2009, p. 25), afirma que: A criança desenvolve-se pela experiência social, nas interações que estabelece, desde cedo, com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por eles criado. Deste modo, o brincar é uma atividade indispensável para o desenvolvimento destas características das crianças. É uma maneira de a criança dar significado ao mundo adulto, buscando imitá-lo, já que não podem vivenciar plenamente as atividades do cotidiano. As crianças fazem do brincar, a vivência observada por elas no dia a dia no meio familiar e social, desenvolvendo assim, sua capacidade de abstração e expressando seus desejos, sentimentos e medos. Através desta observação da vida adulta, a criança ao brincar, também desenvolve a capacidade de transformar a realidade, por meio de sua capacidade de imaginar, isto acontece através da brincadeira do “faz de conta”. Como afirma Carvalho (2010), o brincar estimula a inteligência, possibilita uma maior e melhor compreensão do mundo, favorece a simulação de situações, antecipa soluções de problemas, sensibiliza, alivia tensões, estimula o imaginário e, consequentemente, a criatividade. Permite também o desenvolvimento do autoconhecimento, elevando a autoestima, propiciando o desenvolvimento físico-motor. Além de constituir num espaço social de transmissão de cultura, em que as crianças são agentes desse processo, e assim, crescem, ampliam seus conhecimentos de mundo, desenvolvem-se intelectualmente, emocionalmente e afetivamente, 20 colocam-se na relação com o mundo para também se apropriar dos valores e das normas estabelecidas socialmente. Para uma atividade simples e comum como o brincar, não se tem ideia de quão importante é para o desenvolvimento do ser humano quando ainda criança. Muitas crianças têm dificuldade para brincar, se divertir, por estarem inseridas em ambientes pequenos, moradias que não oferecem nenhum espaço para o lazer. Então, muitas vezes estas crianças brincam na rua em busca de um melhor ambiente, lugar mais amplo, onde elas encontram um espaço de interação social e de brincadeiras. Porém, na grande maioria, são ruas movimentadas, que oferecem risco às crianças que não podem ficar sozinhas devido ao aumento de violência urbana que as isola dentro de suas casas (CARVALHO, 2002). Em decorrência da inserção da mulher no mercado de trabalho, as famí-

lias se afastaram cada vez mais e as mães já não podem mais acompanhar seus filhos durante o decorrer do dia enquanto brincam. Daí então, as crianças se refugiam em casa, sem contato direto com o mundo, utilizando apenas a internet, televisores, quando estas têm acesso a tais tecnologias, quando não, se tornam crianças alheias a esses bens. Esses novos componentes nos levam a rever as funções da escola e o seu papel no processo de apropriação e transformação das crianças. Confirma-se então, a necessidade de se oferecer às crianças pequenas instituições apropriadas para que as mesmas possam ter momentos de lazer diário e de forma segura e prazerosa. As muitas pesquisas realizadas por estudiosos na área comprovaram o valor de que o brincar é essencial à vida. Por isso, é um direito da criança, independente de raça, cor, situação social, do tipo de vida que se leve, todas as crianças precisam brincar, de alegria, de sonhos e fantasias para viver. Para tanto, a escola precisa disponibilizar ambientes que permitam as crianças experimentar novas formas de lazer, de pensar e de se comportar. No ambiente escolar, o professor pode organizar o tempo e o espaço para as brincadeiras livres e dirigidas com as crianças com o intuito de promover aprendizagens. Nessa relação pedagógica, as crianças aprendem determinados conhecimentos, e interage com seus pares e o adulto ali presente. É em relação à presença do adulto na brincadeira e o seu papel no desenvolvimento e aprendizagem das crianças que discutiremos no item a seguir.

O PAPEL DO PROFESSOR NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O professor tem um papel importante na sala de aula atuando com crianças de diferentes faixas etárias. É ele quem organiza a sala de aula, planeja atividades e elabora os momentos do brincar, preparando o ambiente e tudo o que é necessário para aquele momento. No documento oficial do MEC, "Critérios para um Atendimento em Creche e Pré Escola que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças" (Brasil, 1997), o direito a brincadeira aparece como critérios a ser esboçado para a infância, tendo em vista a importância do lúdico nesse ambiente. As escolas de Educação Infantil constituem lugar privilegiado da educação das crianças pequenas e, portanto, devem considerar o brincar como elemento mais importante e eixo estruturante do currículo e do contexto das práticas pedagógicas dos professores. Neste sentido, o art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) diz que: A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso aos processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. Nota-se que a brincadeira e o direto à saúde ou o respeito à dignidade são direitos equivalentes, nem maior, nem menor, ao mesmo tempo que aponta que tais direitos deve estar garantidos como elemento do cotidiano. Assim, não se trata de uma escolha por parte das instituições, mas de um direito que necessita ser garantido a todas as crianças. O mesmo caráter está explicito no art.10, ainda da LDB. O referido artigo ressalta que para que esses objetivos sejam alcançados as instituições devem criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico em prol do desenvolvimento das crianças a partir da observação das atividades propostas, das brincadeiras e das diferentes interações estabelecidas entre criança-criança e adulto-criança no cotidiano escolar. Neste sentido, o maior desafio das instituições que atendem a Educação Infantil é de manter uma organização adequada do ambiente escolar, oferecendo aos pequenos espaços organizados relacionados aos cuidados devidos e, com as características das crianças, de maneira que as mesmas possam usufruir de forma participativa e autônoma. É importante que nas instituições de Educação Infantil haja um acervo de jogos e brincadeiras apropriados às crianças, afim de que elas reinventem o que veem os adultos 22 fazerem. Assim, elas brincam de faz de conta, de brincadeiras cantadas, de brincadeiras tradicionais, de jogos de competição, jogos de mesa, jogos de sorte e azar, de jogos de linguagem, brincam em brinquedos de escorregar, balançar, rodopiar, enfim, vivenciam plenamente o brincar, mesclando diversas linguagens. Alguns professores veem o brincar em uma instituição educativa apenas como estratégia para aprender determinado conteúdo. Em outras situações, vemos professores deixarem as crianças "livres" para brincar, apenas como forma de ocupar o seu tempo na educação infantil, ou mesmo para os professores ficarem livres para conversar, arrumar o armário, organizar alguns materiais, entre outras atividades. Muitas vezes ainda, a brincadeira é utilizada apenas como uma recreação mediada, sem a valorização do brincar livre que é mais significativo. Segundo Kishimoto (2005) a brincadeira livre, escolhida pelas crianças é o brincar espontâneo. É durante essas brincadeiras que as crianças exprimem fragmentos de sua própria realidade, o que constitui uma ferramenta importante para o professor observar os interesses e habilidades das crianças. Outros professores, porém, concebem o brincar como uma forma privilegiada de a criança ser e estar no mundo, e reconhecem a importância dessa linguagem ser explorada desde muito cedo e de modo intencional na educação infantil. Nesse sentido, envolvem-se nas brincadeiras das crianças e organizam seu trabalho levando em conta uma concepção clara e consciente do brincar. As práticas docentes são diversas. Precisamos de professores inovadores, criativos, que estejam dispostos a caminhar por novos caminhos que possam levar a educação infantil a passar por uma transformação. Para Kishimoto (2002, p.134), o educador deve ser o mediador, observador, orientador, respeitando e compreendendo o universo infantil. Ele deve utilizar variadas técnicas de aprendizagens,

diversos recursos didáticos e trocas de experiências que auxiliem na evolução e no progresso das crianças através da ludicidade. Almeida (1974, p.102) completa o pensamento anterior quando afirma que: O educador pode desempenhar um importante papel no transcorrer das brincadeiras se consegue discernir os momentos em que deve só observar, em que deve intervir na coordenação da brincadeira, ou em que deve integrar-se como participante das mesmas. A brincadeira é uma atividade lúdica de aprendizagem, algo em que os alunos desejam e sentem-se atraídos. Quando os educadores perceberem claramente que o brincar favorece a aprendizagem, e adequarem suas práticas pedagógicas às necessidades específicas e às possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem que as brincadeiras oferecem o brincar passará a ter um novo e maior significado. Pontes e Magalhães (2003), afirmam que é imprescindível que os professores compreendam a importância da brincadeira e suas implicações para organizar o processo educativo de modo mais positivo, Sem esta compreensão, corre-se o risco de uma prática educativa defasada, com professores apenas preocupados em desenvolver a brincadeira em sala de aula objetivando atitudes de cooperação, respeito, paciência, solidariedade entre os alunos, mas direcionando a atividade sempre para a competição e levando o aluno a seguir suas ordens sem ter a liberdade de pensar, agir sozinho e expressar suas ideias. O professor como adulto mais experiente, deve estimular brincadeiras, organizar o espaço da sala de aula, facilitando a disposição dos brinquedos e os demais elementos da sala de aula. Trazer propostas de brincadeiras diferenciadas visando incitar as crianças a se desenvolverem nesta ou naquela direção, mas nunca por obrigação, deixando-as tomarem a decisão de se engajarem na atividade, afinal, a preparação adequada aumenta grandemente as chances de ocorrer uma brincadeira produtiva. Diante da conduta lúdica o professor deve conhecer e considerar as singularidades das crianças, respeitando suas diferenças, costumes, valores e crenças. O professor deve brincar com as crianças, principalmente se elas o convidarem, procurando ter o máximo de cuidado e respeito ás suas brincadeiras e ritmos, Deste modo, é preciso muita sensibilidade e bom nível de observação para participar de forma positiva. A partir dessas considerações, o educador constitui-se como parceiro, cuja função é propiciar e garantir um ambiente saudável, prazeroso e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas por meio da brincadeira. Diante disto, cabe á escola de Educação Infantil, assegurar espaços de brincadeiras em seu cotidiano, para que a criança desfrute do seu direito de brincar, com o direito de desenvolver melhor a sua formação humana e ainda possibilitar às crianças a vivência de alguns direitos, tais como o de ver atendidas as suas necessidades básicas de sono, alimentação, higiene, saúde, proteção, bem como a garantia do direito de desenvolver as 24 múltiplas linguagens, de ter contato com a natureza, de se movimentar, de ter acesso aos saberes. Como já foi dito, as práticas dos professores são diversas e, suas concepções sobre o brincar também se apresentam diferentes. A seguir descobriremos o que pensam e o que fazem os professores em relação ao brincar na educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o que pensam e o que fazem professores da Educação Infantil acerca da brincadeira e do brincar, identificando as concepções dos mesmos sobre a importância da brincadeira no cotidiano das crianças da Educação Infantil. Procurou-se também comparar as diferenças e semelhanças nas suas concepções sobre o uso da brincadeira como recurso pedagógico, identificando nas suas práticas a utilização das brincadeiras nas diferentes escolas observadas, analisando como o professor media as relações do brincar e, quais suas atitudes diante da brincadeira. Através da pesquisa de campo, pudemos observar que as professoras demonstraram conhecimentos importantes e válidos sobre o lúdico e o brincar no desenvolvimento das crianças, mas na prática promovem a elas um cotidiano empobrecido, sem alegria e motivação de aprender. Contudo, em entrevista elas reconhecem a importância do brincar, porém não colocam em prática o que sabem ainda que a LDB/96 e outros documentos legais, deixem bem claro que as Instituições de Educação Infantil precisam respeitar e garantir os direitos da criança e educá-las de modo intencional. Infelizmente, nos deparamos com escolas descompromissadas com as crianças enquanto sujeitos, que negam ás crianças o que elas têm por direito legal. Nas duas instituições, identificamos que os profissionais se preocupam apenas em repassar seus conteúdos prontos e previamente estipulados, desconsiderando as características principais das crianças e da diversidade na qual estão inseridas. Lamentavelmente práticas como estas reveladas nesse estudo, mostram como as crianças, desde cedo estão se desmotivando em permanecer nas escolas, pois, são crianças vistas como adultos, sem o direito de se mostrar como um ser pensante, capaz de sentir, criar, imaginar. Enfim, sem terem suas especificidades respeitadas. É importante ressaltar que o ato de educar não deve se restringir somente a reprodução onde o aluno só recebe informações. Professor e o aluno devem vivenciar atividades lúdicas como o brincar, onde estarão mutuamente se beneficiando enquanto sujeitos interativos, dinâmicos e transformadores do processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, o desafio que se impõe as instituições é repensar em práticas educativas que despertem o interesse das crianças de permanecerem